

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O**  
**PROJETO DE LEI N. 46/2019, DO EXECUTIVO MUNICIPAL, QUE DISPÕE SOBRE**  
**SOBRE A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ PARA O**  
**EXERCÍCIO DE 2020 EM ATENDIMENTO AO ART. 48, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO**  
**I, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL LEI COMPLEMENTAR FEDERAL**  
**101/2000, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2019**

Aos catorze dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, no Plenário “Vereador João Raposo Rezende Filho”, da Câmara Municipal de Santo André, reuniram-se às **dezenove horas e vinte minutos**, o Presidente Pedro Luiz Mattos Canhassi Botaro (Pedrinho Botaro), o qual presidirá esta audiência; o Sr. Edson Salvo Melo, Secretário de Gestão Financeira da Prefeitura Municipal de Santo André; a Sra. Rosimary de Moraes Silveira, Diretora do Departamento de Orçamento e Planejamento da Prefeitura Municipal de Santo André; e a Sra. Tania Maria Gennaccini, Assistente de Diretoria na Secretaria de Gestão Financeira da Prefeitura Municipal de Santo André. O Presidente Pedro Luiz Mattos Canhassi Botaro (Pedrinho Botaro) dá início à audiência pública e passa a palavra a Sra. Tania Maria Geannaccini faça a exposição. A Sra. Tania Maria Geannaccini inicia a exibição de *Powerpoint* explicando que o Projeto de Lei 46/2019, que versa sobre a proposta orçamentária do Município de Santo André para o exercício de 2020. Em seguida diz que a LOA é uma lei anual, que traz, de forma detalhada, as prioridades a serem executadas para o ano de 2020. Em seguida faz resumo detalhado das informações orçamentárias do Município de Santo André. A Sra. Tania Maria Geannaccini encerra sua apresentação e coloca-se à disposição para os questionamentos. Em seguida o Sr. Edson Salvo Melo faz uso da palavra e inicia agradecendo a oportunidade de apresentar a peça orçamentária para o ano de 2020, pois é uma audiência a título de explanação para se conhecer o teor do orçamento de 2020. Registra que foram feitos alguns exercícios no orçamento para tentar reduzir um pouco o tamanho do orçamento em relação a 2019; isso se deu primeiro em conta do acordo do Semasa com a Sabesp e em segundo o que conseguiu reduzir na questão do custeio, uma vez que existe uma série de equipamentos novos que está sendo inaugurado em 2019 que estará em funcionamento em 2020, bem como as intenções e metas do Governo, como o reajuste salarial do servidor de 8% e mais a inflação do ano que vem e as reclassificações que o Prefeito se comprometeu e começou a fazer, que é um projeto permanente. Luiz Mattos Canhassi Botaro (Pedrinho Botaro) – Vamos iniciar com as perguntas, três minutos para cada orador. Por gentileza, Sr. Durval. Sr. Durval – Sou representante do Sindicato dos Servidores. Olhando o projeto da LOA, há uma queda na arrecadação, há previsão de diminuição de 4.1% e com gastos com funcionário público está previsto um aumento de 13.4. Nós temos, enquanto sindicato, uma preocupação muito grande quanto a isso, visto que há previsão de 8% de correção salarial para os servidores, a diferença também da

inflação, que é para ser recolocada em maio, temos a questão das reclassificações que o Governo já iniciou os projetos e tem outras categorias reivindicando também, a gente sabe que vai ter um aumento, um custo grande quanto a isso. Temos também a questão da reincorporação dos servidores do SEMASA que vão vir, vai ser um gasto que a Prefeitura vai ter que arcar e também tem a questão do PDV que a Prefeitura vai lançar também. Então, a gente gostaria de saber com mais detalhes, quais foram os índices, o que você realmente utilizou para chegar a esse índice de 13.4? Não seria mais viável a gente garantir o índice na casa de 20%, porque já ouvimos, enquanto sindicato, que o Governo falou que não dá para ter aumento para o servidor público, não dá para fazer reclassificação por não estar previsto no orçamento. E nós temos essa preocupação novamente para o ano de 2020. Então gostaria de saber quais foram os parâmetros utilizados para chegar a esses 13.4 e se não seria mais viável aumentar isso para 20%, no mínimo, para poder garantir todas as promessas que o Governo fez e essa expectativa que está sendo gerada em toda categoria de servidores públicos. SRA. CIBELE – Sou moradora da Vila Alpina, faço parte do Programa Vizinhança Solidária, que é um programa da Polícia Militar com a finalidade de segurança preventiva. Nós tivemos essa necessidade de nos organizar enquanto bairro, somos nove bairros que pertencem ao CONSEG Oeste, porque a segurança é uma coisa que nos assusta. Eu não vejo destaque para a segurança, é claro que eu sei que a competência municipal é residual, mas não vejo uma ênfase para a segurança e estou aqui representando uma vizinhança que é de classe média pagadora de impostos, de taxas, é mão de obra economicamente ativa que paga, no quesito segurança, nós não precisamos de creche, nós não precisamos de educação, porque nós pagamos por esse serviço, nós não estamos aqui para dizer que isso não é importante, é óbvio que o atendimento às necessidades básicas é superimportante, mas enquanto nós somos pagadores de impostos a gente quer um olhar para o nosso bairro que está a mercê dos bandidos e eu não vejo um algo expressivo nesse quesito. Então, eu gostaria que a Prefeitura olhasse com muito carinho para o abaixo assinado que foi feito referente a atividade Delegada para que isso fosse perfeito, pois a GCM, apesar do bom serviço que presta, e nós respeitamos bastante, não é suficiente quando se fala em força ostensiva para essa bandidagem que vem assolando. Então nós precisamos de qualidade de vida, nós precisamos de segurança. Eu não estou brigando aqui por saúde e educação, porque felizmente nós conseguimos ainda pagar, mas nós não temos a segurança e nós também merecemos essa atenção. Sr. Rodrigo – Primeiro, só enfatizando a última fala, nós estamos aqui num debate do orçamento pública da cidade, se tem alguém aqui que pode pagar por isso, infelizmente ou felizmente, a gente tem serviços públicos de qualidade na segurança, de educação e na saúde e é por isso que a gente está lutando aqui. Não é para ver quem paga mais e transferir tudo para a iniciativa privada. A gente acredita que a cidade tem capacidade, a Prefeitura está construindo 10 creches públicas, eu acho positivo e é para isso que a gente está aqui, para destinar maior verbas públicas aqui para a população e não para quem não precisa do Estado. Isso é uma observação. Enfim, gostaria de fazer uma

pergunta, porque hoje a gente analisando o orçamento da cidade é destinado 38, 38,5, 39% para os servidores, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite ainda bem prudencial está em 45, ou seja, a gente tem um espaço muito grande para crescer. Eu tive algumas reuniões com o Edson lá Educação, a gente apresentou um plano de carreira para os educadores e algumas questões referentes também aos nossos professores e até agora não foi dada nenhuma resposta. Então, onde que cabe nesse orçamento, visto que é um gasto bem baixo, considerando as prefeituras aí da região, com os servidores onde a gente vai colocar esses recursos alocados, se tem espaço, se tem alguma coisa colocada aí, principalmente aqui para os nossos servidores da área da educação. E também fazer uma fala contributiva para o Durval, que esse reajuste que está sendo posto não vai nem cobrir o período inflacionário do ano que vem. Então a gente precisa se preocupar mais com o que está vindo aí por 2020 e planejar, ter o orçamento, uma gordurinha um pouco maior para evitar qualquer piso em falso. Sr. Edson Salvo Melo – Quero agradecer as perguntas do Durval, do Rodrigo e da Cibele e vou responder pela ordem. O que o Durval falou é uma realidade, quer dizer, em algum momento não existia a possibilidade orçamentária de aumento para os servidores, porque ela não tinha sido computada no orçamento. Esse ano isso não faz parte da realidade mais, a gente colocou no orçamento tanto a questão dos dissídios quanto a questão da reclassificação. Esses 8%, na verdade não faz parte da Secretaria de Gestão Financeira essa negociação, ela passa mais para a Secretaria de Administração, que é onde o Sindicato conversa ali com a administração, mas ele contempla a recomposição do ano de 2019 mais a do ano de 2020 e aí existe o acordo que foi firmado da diferença do impacto da inflação também vai ser acrescido. Então, esses valores já estão dentro do orçamento de 2020, não teria o motivo dessa desculpa, como o Durval falou, de dizer que não está no orçamento, porque já está, está computado lá e também existe o valor para a reclassificação. A pergunta que o Durval fez é se não seria importante aumentar o percentual destinado para essas questões dentro do orçamento de 13 para algo entorno de 20. Então explicar qual foi a nossa metodologia para diminuir um pouco o valor do orçamento. A receita própria realizada tem uma esperança menor do que a que estava computada nos orçamentos dos anos de 2018 e 2019, por isso a gente na Secretaria de Gestão Financeira tomou a decisão de tentar trazer mais perto da previsão do que a gente arrecadaria e com isso a gente tentou fazer uma adequação, que é trazer mais perto da previsão, mas computando todos os custos, todas as despesas de todas as pastas. Por isso que a gente diminuiu. Então não é apenas uma questão de vontade, uma questão da arrecadação do município que historicamente não cresceu como o custeio, então não existe muita possibilidade de você ampliar muito essa margem. O que a Administração atual resolveu fazer foi realmente contemplar essas questões acordadas com o funcionalismo tanto do reajuste salarial quanto das reclassificações gradativas e isso está no orçamento. Existem algumas categorias que já vão ser contempladas agora no ano de 2020 e num plano eh no decorrer do tempo para também para o projeto também vir para câmara e ser aprovado, mas aí contemplando os próximos orçamentos, não de 2020. Então qual é o critério que

foi feito para a ordem dessas categorias? Também não é uma questão que diz respeito à Secretaria de Gestão Financeira, mas como diz respeito à Administração acho que vale a pena um esclarecimento aqui até para ficar claro. A Secretaria de Administração fez uma pesquisa nos valores de mercado das categorias que entraram com um pedido de reclassificação, ou seja, todas as categorias que solicitaram por processo o pedido de reclassificação foram estudadas e essas categorias foram feitas uma pesquisa mercado com cidades do mesmo porte ou do mesmo orçamento que Santo André para se basear na média, se o salário de Santo André estava a baixo do praticado nas outras cidades ou não. E diante disso eles elencaram os que estavam mais baixos e que o impacto financeiro caberia no orçamento. Então algumas, acho que 17 categorias vão ser contempladas agora nessa primeira leva, mas a ideia do Governo é que todas elas sejam contempladas, desde que elas se encaixem nesse critério, ou seja, o salário realmente esteja fora da média e precisa ser alterado. Por fim, o Durval falou da questão do SEMASA. O acordo previsto entre a Sabesp e o SEMASA contempla o pagamento da folha de pagamento dos funcionários atuais por mais um período. Ou seja, no ano de 2020 a SABESP ainda vai honrar com a folha de pagamento do SEMASA, então não há a questão da incorporação dos funcionários pela Prefeitura nesse momento. Obviamente esse é um negócio que vai ter que ser pensado no futuro, porque se eu não me engano são 24 meses, então são dois anos, renováveis por mais dois essa questão. Agora, o PDV, o projeto já está em processo de encaminhamento para a Câmara, possivelmente esse ano ainda vai vir aqui para a câmara o PDV da SEMESA. Então, já foram construídos alguns critérios, ele vai ser apresentado em breve para os funcionários da SEMASA e aí vai vir para a Câmara para análise dos vereadores também. A questão orçamentária do PDV já está contemplada também dentro da peça, então não há o risco de não ter recurso para cobrir isso daí. A segunda pergunta foi da Cibele, que diz respeito à questão da segurança na cidade. A Cibele mesmo comentou que é uma obrigação solidária do município junto ao estado. O atual Governo fez algumas ações nessa área, e aí notadamente vou falar do COI, da implantação do COI, que é um equipamento que além de monitorar, deixar a cidade monitorada, ele prevê essa questão de integrar as forças policiais tanto da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Guarda Municipal. Isso já está funcionando, o custo de operação do COI já está no orçamento e contemplado tanto para 2019 quanto para 2020 e o que está previsto no orçamento é uma solicitação antiga da ampliação da Guarda Municipal. Então o ano que possivelmente vai ter um concurso, esse concurso já está previsto no orçamento que são as questões que dizem respeito à esfera municipal. Enquanto à questão financeira e orçamentária é isso que nós conseguimos responder, porque é o que a pasta nos solicitou e está contemplado. As ações específicas que talvez não demandem aumento de custos, elas podem ser discutidas diretamente com a Secretaria de Segurança, mas o que diz respeito ao aumento de custo, que seria o COI, que é um equipamento novo, e o concurso da Guarda, essas duas questões estão contempladas no orçamento municipal. E por fim vou para a resposta do Rodrigo, na questão do limite prudencial da folha de pagamento,

realmente Santo André está fazendo a lição de casa, ele está abaixo, a gente está gastando menos do que o limite que a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê, mas como eu respondi para o Durval, não é apenas essa questão que implica o quanto pode ser aplicado para o servidor, tem a questão também da capacidade arrecadatória da cidade e aí dos outros investimentos e dos outros custos que existem em cada uma das pastas. O plano de carreira dos educadores eu acho que é uma pauta que está sendo tratada ainda na Secretaria de Educação, no período que eu estive lá as reuniões avançaram um pouco e sei elas ainda não foram conclusivas, mas entendo que é uma questão que está sendo tratada lá, não está contemplado no orçamento de 2020 porque ainda não teve uma definição por parte da pasta. Conforme o que impactar na questão de orçamento a gente pode fazer no decorrer do exercício remanejamentos para contemplar o que for decidido ou não, mas hoje não existe nada específico no orçamento contemplando isso. Acho que é isso, as três perguntas que foram feitas. Sra. Helena – Eu gostaria de fazer uma observação ao Sr. Secretário e uma solicitação ao Sr. Presidente. Na verdade, ao chamar de orçamento público fica a dúvida, porque da forma como ele é colocado o cidadão comum não consegue entender o que está acontecendo. Salvo os grandes números e os grandes investimentos, aquilo que é o detalhamento não é possível entender. Embora nós saibamos, e a gente foi ao site, consultou, fez os estudos e assim por diante, mas a gente não consegue entender. E eu acho que é da maior importância da administração pública pensar uma forma de que o cidadão comum possa acompanhar essa discussão, possa participar, não quero ter aqui a pretensão de dizer como, mas acho que a gente pode ajudar. No nosso caso, nós somos de uma instituição chamada Rede Beija-Flor de Pequenas Bibliotecas Vivas e militamos na área da cultura. Entendemos que este não é o espaço para discutir questões muito pontuais de cada secretaria, e daí vem a minha solicitação, Sr. Presidente. Seria muito interessante, e estou falando no caso da Cultura, porque nós tentamos fazer discussão do orçamento junto à Secretaria e não foi possível por uma série de fatores que não cabe aqui relatar. Mas seria muito interessante, eu estou fazendo uma solicitação para o Legislativo, a chamada de uma audiência pública com a Secretaria da Cultura com o objetivo de detalhar o orçamento da Cultura, eu sei que todas as questões que estão sendo levantadas aqui são da maior importância, todo o nosso respeito, mas como nosso mundo trabalho é voltado para essa área, a minha solicitação é no sentido de que uma audiência pública com a Secretaria da Cultura seja chamada para que todo mundo que atua no campo da Cultura possa vir e ter um diálogo franco mediado pelo Legislativo ainda antes de aprovar o orçamento, porque nós temos propostas, na verdade, e gostaríamos de discuti-las. Então ao Secretário uma solicitação de pensarmos isso junto, à Câmara a solicitação de chamar essa audiência pública com a Secretaria da Cultura. Sr. Júlio – Eu fui informado recentemente que o Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura está colocando todas as verbas rescisórias de quem se desliga da Prefeitura para pagar nos anos de 2021, 22 e 23. Eu queria ver se realmente procede isso, se o Governo vai realmente manter isso e isso não é completamente jogar dívida para o próximo Governo, se isso não está previsto no orçamento. Vereador Fábio

Lopes – Na realidade eu fiz uma análise com relação à nossa peça orçamentária, até uma comparação com relação ao exercício anterior, mas eram vários itens, então para não me alongar fiz ela por escrito, não recebi isso no meu gabinete, então gostaria de você, por favor, desse uma avaliada, salvo engano está para votação essa peça dia 21 ou 26 na Ordem do Dia e gostaria de ter ao menos essas respostas para que a gente tivesse a oportunidade de dividir com os demais vereadores e realmente sanar todos os outros problemas para que a gente vote com consciência talvez o projeto mais importante do ano para o Executivo. Sr. Edson Salvo Melo – Primeiro para a Helena, concordo com você que é uma apresentação um tanto quanto maçante e complexa para o cidadão entender, temos o mesmo ponto de vista. No decorrer do nossos estudos aqui é uma preocupação nossa de como deixar isso mais palatável, mas também não conseguimos encontrar a forma, mas está anotada a sugestão e a gente vai tentar caminhar nesse sentido sim, porque é importante, até para o recebimento de sugestões para ficar claro para quem está ouvindo para poder também fazer sugestão correta. O que acontece, muitas vezes, é exatamente isso que vocês falaram, e aí tiveram uma clareza muito grande em se posicionar, que é discutir questões pontuais e que não cabem na apresentação do orçamento, são questões das pastas e aí acho muito justo o pedido que vocês fizeram de poderem fazer uma discussão junto com o Legislativo na questão da área da Cultura, que diz respeito a vocês, no caso. Tenho certeza que o vereador Pedrinho, como todos os vereadores aqui vão estar sensíveis a todos isso e o que a gente puder na parte da Secretaria de Gestão Financeira colaborará no sentido de dar informações para a sua subsidiariedade como propostas de vocês para subsidiar as propostas de vocês ficamos à disposição. Na pergunta do Júlio, isso aí é uma portaria que tem na Secretaria de Administração, até estava comentando com a Rose, que está vigorando mesmo, parece que o pagamento está sendo postergado para os outros anos, mas é uma portaria que tem lá, acaba fugindo um pouco do raio de ação da Secretaria de Finanças, porque a gente faz só a execução do pagamento do que nos chega, mas eu vou levar essa questão, o Júlio é funcionário de carreira também e a gente tenta esclarecer melhor, mas eu dependo de um entendimento maior com o Secretário de Administração, que é o Fernando, para entender essa escalonagem que eles estão fazendo do pagamento, mas é real o que você está falando está acontecendo mesmo. E por fim, ao vereador Fábio, na segunda-feira eu encaminho a peça completa para o e-mail de todos os vereadores e se você tiver essas questões por escrito também pode nos encontrar que a gente faz a resposta antes da data da votação. O Presidente Pedro Luiz Mattos Canhassi Botaro agradece a presença e declara encerrada a audiência pública às **vinte horas**, da qual, eu, Adriana Montealto Carneiro, Técnica Legislativa em Taquigrafia, lavrei a presente Ata que lida e achada conforme, segue assinada pelo Presidente da Casa, pelo Secretário de Gestão Financeira da Prefeitura Municipal de Santo André, pela Diretora do Departamento de Orçamento e Planejamento da PMSA e pela Assistente de Diretoria na Secretaria de Gestão Financeira da PMSA.

PEDRO LUIZ MATTOS CANHASSI BOTARO (PEDRINHO BOTARO)  
Presidente da CMSA

EDSON SALVO MELO  
Secretário de Gestão Financeira da Prefeitura Municipal de Santo André

ROSIMARY DE MORAES SILVEIRA  
Diretora do Departamento de Orçamento e Planejamento da PMSA

TANIA MARIA GENNACCINI  
Assistente de Diretoria na Secretaria de Gestão Financeira da PMSA